

**CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO
NA REGIÃO DO CONTESTADO**

Roque Ademir Favarin – FURB

E-mail: prafarin@yahoo.com.br

Introdução

Na região do Contestado, a economia solidária começou a obter maior destaque, a partir da década de 1990, com o surgimento do programa de apoio chamado Mini-Projetos Alternativos - MPAs¹. Os MPAs incentivaram várias experiências comunitárias de geração de trabalho e renda a grupos denominados coletivos, com atividades alternativas. Estes grupos surgem a partir das relações com sindicatos de trabalhadores, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, as associações de mulheres, as pastorais sociais, isto é, com fortes vínculos comunitários. Também surgem como alternativas à crise na agricultura familiar integrada a agroindústria e ao desemprego no meio urbano.

Este artigo, busca analisar a relação da economia solidária, onde estão inseridos estes grupos coletivos apoiados pelos MPAs, e o modelo de desenvolvimento regional no Contestado. A questão que desafia este conjunto de práticas chamadas de economia solidária é a de perceber até que ponto está surgindo um novo modelo, alternativo, de desenvolvimento está com estas práticas sócio-econômicas? Em outras palavras: a possibilidade de um modelo de desenvolvimento que seja viável do ponto de vista econômico, e ao mesmo tempo social isto é, incluyente de seu povo; sustentável, do ponto de vista ambiental; e, solidário, contemplando a distribuição menos injusta da renda e da terra, aos trabalhadores e trabalhadoras. O que pode ser considerado como alternativas de desenvolvimento? Quais os impactos da Economia Solidária no desenvolvimento regional? O que estará sendo discutido, neste artigo, são algumas experiências da economia solidária, na região do Contestado,

¹ MPA's foi um programa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Sul IV (abrange o estado de Santa Catarina), em convênio com a Misereor (entidade social da Igreja Católica na Alemanha). E, desde 2006, este programa de apoio passa a ser gerido pela Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina. Este programa surge no final da década de 1980, a partir de uma interação com os movimentos sociais e objetivando apoiar práticas transformadoras e contribuir na superação da exclusão social. Para efeitos práticos vamos denominar simplesmente MPAs, como ficou conhecido este programa, e não CNBB Regional Sul IV ou Cáritas Brasileira, as entidades gestoras do programa.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

apoiadas pelos MPAs, na última década, e sua contribuição com um modelo alternativo de desenvolvimento. Primeiramente trata-se de descrever as fases do desenvolvimento regional no Contestado; e depois, de caracterizar os grupos de Economia solidária apoiados pelos MPAs e de apontar os elementos da possível contribuição para um novo desenvolvimento regional.

1. O modelo de desenvolvimento da região do contestado

Para compreender os impactos da Economia Solidária para o desenvolvimento fez-se a escolha de uma região, a do Contestado. Nesta seção procura-se apontar suas características e identidade do modelo de desenvolvimento aí instaurado.

A região do Contestado, geograficamente, situa-se no meio-oeste catarinense; compreende o alto vale do Rio do Peixe e parte do Planalto Norte, e limita-se com o sudoeste do Paraná. A escolha de 23 municípios² como integrantes do Contestado está porque nestes aconteceram as principais batalhas no período da guerra do Contestado³ e até hoje assim é conhecida e há uma identificação econômica, social e cultural, e também na organização política do Estado, nas suas diversas instâncias neste território regional⁴. E, segundo, também pelo fato de estarem circunscritos dentro dos limites territoriais da Diocese de Caçador, como unidade gestora dos MPAs.

² Arroio Trinta, Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Fraiburgo, Iomerê, Irineópolis, Lebon Régis, Macieira, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Pinheiro Preto, Porto União, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, Timbó Grande, Três Barras, Treze Tílias e Videira.

³ A exceção é o município de Irani, onde ocorreu a primeira batalha, situa-se um pouco mais afastado da região pesquisada, não foi palco de outras batalhas e nem de redutos dos caboclos, no auge da guerra.

⁴ A delimitação do MDA, por exemplo, divide a região em dois territórios: 1) o Planalto Norte (exceto Campo Alegre, Itaiópolis, Mafra, Rio Negrinho, e São Bento do Sul) e o 2) o Alto Vale do Rio do Peixe (exceto Tangará). Outros dois municípios são: Treze Tílias (ao Meio-Oeste Contestado) e Santa Cecília (ao Planalto Catarinense). A região compreende duas associações de municípios: 1) AMARP e 2) a AMPLANORTE: A única exceção neste caso é Treze Tílias que pertence a AMMOC. Na divisão política do governo estadual a região compreende as seguintes Secretarias Regionais e Microbacias: SDR de Videira, SDR Caçador, SDR Canoinhas e SDR Mafra. As exceções desta são: Treze Tílias na SDR de Joaçaba e Santa Cecília na SDR Curitiba. Enfim, mesmo com as exceções, percebe-se uma delimitação similar em todas elas em duas regiões: Alto Vale do Rio do Peixe e o Planalto Norte. Estas formam a região do Contestado como identidade política e cultural deixada pelos anos subsequentes à Guerra.

Evidentemente, esta é uma região que apresenta especificidades diferenciadas das demais regiões de Santa Catarina em muitos aspectos. Além disto, descreve-se como esta região, passou por diversas fases de desenvolvimento para chegar à realidade atual.

1.1 O início do capitalismo na região e a Guerra do Contestado

O ponto de partida é a Guerra do Contestado, ocorrida no período de 1912 a 1916, pois ela identifica a sociedade, a cultura e a economia regional. Apesar desta definição, não significa que se ignoram as fases anteriores, ou seja, as origens do povoamento na região, inclusive com forte presença indígena nestes primórdios. Depois as frentes de ocupação, a formação da sociedade pastoril e a extração da erva mate, ou seja, fases anteriores a Guerra. (VALENTINI, 1998, p.27-38; QUEIROZ, 1977, p. 17-48).

Esta guerra ficou conhecida por Contestado porque na mesma época havia uma disputa de limites territoriais entre o governo do estado do Paraná e de Santa Catarina: a “Questão de Limites”; e entre Brasil e Argentina: a “Questão de Palmas”. Mas, estes não são os motivos principais da Guerra⁵.

A guerra estourou, acima de tudo, porque os caboclos, excluídos dos benefícios dos projetos de desenvolvimento, reagiram e propuseram sua forma de trabalhar e de viver na região como legítimas. A perspectiva aqui, não é analisar a Guerra do Contestado, mas as razões e conseqüências deste conflito para compreender o que identifica o desenvolvimento regional no Contestado.

Apesar de ter sido um conflito regional, teve grande repercussão nacional, embora hoje muito esquecido, por ter desde o início um forte caráter social. Este movimento foi provocado, pela expulsão dos caboclos de suas terras, como uma das conseqüências das atividades econômicas promovidas pela grande empresa estrangeira, ligadas à extração madeireira e a construção da ferrovia, com apoio do Estado brasileiro. Também participaram desta luta, ex-operários da construção da estrada de ferro e operários dispensados ou fugitivos das serrarias existentes. Com apoio e aprovação do Estado, as empresas se instalaram e se

⁵ “No Contestado, esse aspecto político da crise vincula-se a penetração de empresas capitalistas modernas dedicadas à exploração madeireira, a negócios de terras, à extração da erva mate e a construção de uma ferrovia. Essas transformações favorecerem a expansão do regime de trabalho assalariado. [Nessa época] a escola era praticamente ausente (...) inexistência de sindicatos e partidos políticos organizados (...) o Estado fazia sentir sua presença de modo negativo... era instrumento de interesses econômicos que invadiam a área e das oligarquias a ele associadas”. (MONTEIRO, 1974, p.13).

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

apropriaram das terras e das riquezas naturais. Politicamente, na região imperava práticas sociais e políticas conhecidas como “mandonismo”, “coronelismo”, voto de “cabresto”. O “sistema de compadrio” foi permeando as relações de dominação de classe e a cultura política da época. (MONTEIRO, 1974, p.19-86); VALENTINI, 1998, p.57-58; TOMAZI, 2006)⁶

A *Brazil Railway* criou a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* como objetivo de colonizar as terras laterais da ferrovia além de outras áreas⁷. Os fazendeiros cediam os pinheiros e outras madeiras de lei, por contratos. Além das terras adquiridas, a empresa contava com uma concessão feita pelo governo brasileiro de uma grande área localizada nas margens da ferrovia (15 km de cada lado). Embora existissem áreas consideradas devolutas, existiam moradores estabelecidos de longa data. Nestes casos, os camponeses que não haviam formalizado a posse, eram desalojados sumariamente, isto constituía a maioria dos mais empobrecidos. Expulsos os brasileiros, abriam-se espaços para a empresa estrangeira explorar a madeira e colonizar as terras. “Em 40 anos de atividades da *Lumber*, desapareceram, aproximadamente, quinze milhões de araucárias das florestas brasileiras” (VALENTINI, 1998, p.47 e QUEIROZ, 1977)

Com isso, profundas mudanças estavam ocorrendo na região, o capitalismo chegava, mostrando a sua barbárie e violência. Desenvolvimento, progresso, colonização, etc., eram termos desconhecidos para o vocabulário dos sertanejos que aí viviam.

A indignação destes caboclos⁸, camponeses e empobrecidos, chegou ao limite, vindo a eclodir em revoltas e na organização dos redutos ou “cidades santas”. Esta indignação está retratada numa “carta manchada de sangue encontrada no bolso de um sertanejo morto em janeiro de 1915: ‘*Nóis não tem direito a terra, tudo é para as gentes da Oropa*’” (VALENTINI, 1998, p.49)

⁶ Diversos fatores contribuíram para o desfecho da guerra: a disputa por território, o problema das terras com as questões relacionadas à desapropriação e à exploração feita pelas empresas de colonização, o da regularização, o das terras concedidas pelo governo à Construtora da Estrada de Ferro sem indenizar os antigos moradores da área. Soma-se a isso o problema dos quase 10 mil homens que ficaram desempregados após concluída a estrada, sem direitos e sem poderem retornar aos seus locais de origem. E, vale lembrar ainda, o acúmulo histórico de violência contra os indígenas, a exploração dos peões das fazendas, feita pelos fazendeiros; a falta de estradas e o coronelismo, entre outros. (TOMAZI, 2006, p.111)

⁷ O trecho catarinense que ligava Porto União ao Rio Uruguai numa extensão de 313 km foi inaugurado em 1910 e ficou sob a responsabilidade da *Brazil Railway Company*. Entre as companhias colonizadoras a maior era a *Brazil Development & Colonization Company* que recebeu 569.057 ha., e que fazia parte do truste norte-americano de Percival Farquhar, que também era proprietário da ferrovia e da serraria *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* (GOULARTI FILHO, 2007, p.77)

⁸ O caboclo, em geral, é resultado da miscigenação do branco com o índio. No planalto serrano ele é resultado da miscigenação dos índios guaranis e Kaingangs com brancos e mamelucos provenientes de São Vicente e São Paulo na época das Entradas e Bandeiras (GOULARTI FILHO, 2007, p.112)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

As formas e princípios coletivos na produção dos caboclos foram profundamente atingidos, com a entrada do capital estrangeiro e as formas européias trazidas pelos imigrantes.

A pequena lavoura cabocla, que produzia alimentos para a subsistência e criava animais domésticos era tolerada pelos fazendeiros... Com a chegada das companhias colonizadoras, vai ocorrendo uma mudança no modo de vida das famílias caboclas os colonos passaram a ocupar as terras que até então pertenciam aos caboclos. 'De modo geral, os italianos entenderam como legítima a ação da companhia na retirada dos intrusos nela estabelecidos'(RENK *apud* GOULARTI FILHO, 2007, p.117; cf. QUEIROZ,1977, p.35-37)

Uma dessas formas coletivas desenvolvidas pelos caboclos era o “*pixuru*: vinte ou trinta homens, animados pelo espírito de cooperar, entre ditos chistosos e cantorias deitam abaixo num só dia, alegremente, coisa como dois alqueires de mata” (QUEIROZ, 1977, p.37)

Assim estas formas coletivas representavam uma resistência aos poderes dominantes da época. Porém outras formas foram desenvolvidas nos “redutos” ou “cidades santas”, cuja marca principal era a “irmandade”.

Na fase inicial do movimento os piquetes visitavam os arredores e a vizinhança era convidada a entrar para a irmandade. A maior parte dos alimentos eram doações de famílias que se mudavam para os redutos e que levavam seus bens para serem divididos [...] A fartura e o entusiasmo religioso animavam e garantia a fraternidade. Com certeza muitos alcançavam vida melhor do que aquela que levavam nos seus ranchos isolados. (VALENTINI, 1998, p.97 e 99).

Ali todos ganhavam o alimento e repartiam com os velhos, as crianças. Esta experiência de solidariedade e partilha, mas, também de luta, tornaram-se um dos traços culturais da resistência ao mundo da ganância⁹. “Antes da constituição da Santa Irmandade, na vida sertaneja *comum* [g.a] a festa religiosa ocupava um lugar de destaque... Instituídas as *vilas santas* [g.a.], esses momentos, que eram de exceção, passaram a ser a regra” (MONTEIRO, 1974, p.169).

A prática nestas comunidades-redutos estava intimamente ligada à defesa e manutenção da vida, a partilha, a solidariedade¹⁰. “No plano organizatório, a afirmação de

⁹ Segundo Demerval Peixoto (1920), citado por Douglas Monteiro, “nas *vilas santas* [g.a.] ‘a fortuna pouco importava’. ‘Havia mesmo entre os sertanejos... a convicção de que não deviam possuir bens, nem dinheiro, nem terras’” (1974, p. 129)

¹⁰ “No Contestado, para além da busca de satisfação das necessidades materiais, como a alimentação e a defesa da terra e das propriedades, os caboclos e as caboclas defendiam tradições e valores culturais, éticos e espirituais. Mais do que bens materiais, eles buscavam reconhecimento; mais do que um plano de ação com estratégias e

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

novos critérios de hierarquização entre indivíduos, o igualitarismo e a fraternidade eram os balizantes fundamentais” (MONTEIRO, 1974, p. 129)

Esta era a prática e o ideal da “cidade santa” nos redutos: “No reduto, os que tinham, tinham de auxiliar os que não tinham. Os que não queriam eram presos e o que eles tinham era repartido. Tudo era irmão. O que um tinha, tinha que repartir – depoimento do antigo jagunço Zacarias M. Gonçalves” (QUEIROZ, 1977, p.5)

Outra organização, já durante a guerra do Contestado, como espécie de exército popular, era o chamado de “Doze Pares de França”. Passaram a ser 24 sertanejos, escolhidos entre os mais ágeis no manejo do facão, e mais um tamboreiro que rufava seu instrumento, para excitar seus combatentes (VALENTINI, 1998, p.101).

O sonho da convivência fraterna, com o passar do tempo, transformar-se-ia em pesadelo. Os ataques das forças oficiais espalhariam o constante medo e a morte nos redutos que eram destruídos e queimados, após serem tomados [...] O aumento do número de pessoas nos redutos escasseava os alimentos, seguiam-se a fome, a miséria, as doenças. (VALENTINI, 1998, p.102).

A este sonho chamavam-no de “Monarquia”, mas não como retorno ao regime político anterior a 1889, mas sim como o “tempo melhor, ou uma coisa do céu a lei de Deus” (MONTEIRO, 1974, p. 109). Portanto, o desejo desta “nova sociedade” exerce o papel da utopia social, na compreensão atual.

O papel do Estado aparece claramente, usando de coerção, do poder militar, para defender o capital estrangeiro, os latifundiários e coronéis da região.

Após o término do conflito houve uma dispersão e um sentimento de frustração e vazio de perspectivas quanto aos habitantes da região. Um fenômeno chamado “limpeza da área” com apoio de colonizadoras. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 117; TOMAZI, 2006, p. 113)

Percebe-se nestas experiências já a presença de formas alternativas de desenvolvimento ou de resistência aos projetos de desenvolvimento impostos, mesmo que estas sejam consideradas inconsistentes ou frágeis.

Nos “redutos” ou “cidades santas” podemos descobrir princípios e valores válidos para o nosso tempo e parâmetros para um novo desenvolvimento: o trabalho em mutirão no “pixurum”. A participação das mulheres como Chica Pelega e Maria Rosa. Estas foram

táticas, elevavam preces, súplicas e gritos aos santos, e se deixavam conduzir pelo coração e pela intuição”. (TOMAZI, 2006, p. 113)

lideranças destacadas na organização dos redutos pela forma mais democrática. Embora a fome e a pressão psicológica e real da guerra, a provisoriedade e a necessidade de mudar os redutos fez que a organização alternativa não se firmasse por muito tempo. Por exemplo, os mantimentos não eram conseguidos por trabalho coletivo, mas, na fase inicial da Guerra, por coletas ou doações e depois à força, pelos “piquetes”. Assim, o sonho do mundo sem ganância, infelizmente, teve de ser concretizado por um viés bélico, guerreiro e militaresco.

1.2 O período pós-guerra: da agricultura familiar ao agronegócio

No período após a Guerra, a região é ocupada por descendentes de italianos, poloneses, ucranianos e alemães. Estes compram terras de empresas colonizadoras, novamente sob o aval e patrocínio do Estado¹¹.

Neste processo a violência continuou de diversas formas. Os caboclos não recebem a terra e devem sair para áreas escondidas ou viver de “empreitadas” para os colonos¹². Isto gerou novos conflitos econômicos, políticos e culturais com os caboclos e seus descendentes. Muitos caboclos também continuaram trabalhando como ervateiros. Pois, a guerra não causou paralisação da região, do ponto de vista da produção. Houve, por exemplo, um aumento, de 13 vezes da produção da erva-mate, provocada pelo aumento das exportações entre 1915 a 1929¹³. (GOULARTI FILHO, 2007, p.83).

Passa-se então a uma nova configuração regional estruturando-se em pequenas propriedades ou minifúndios. A estrutura fundiária da região, a partir desses anos, passa a

¹¹ “Com o término da Guerra do Contestado dando vitória para os colonizadores e com assinatura do Acordo de Limites, começou efetivamente a colonização no oeste catarinense, por colonos gaúchos de origem ítalos e teuto-brasileiros, que saíram do noroeste do RS basicamente por dois motivos: a falta de novas áreas a serem colonizadas e as transformações na economia fumageira em Santa Cruz, nos anos 1940 e 1950”. (GOULARTI FILHO, 2007, p.78)

¹² As empreitadas são contratos informais de serviços agrícolas como roçadas, plantios, colheitas, etc. entre os pequenos proprietários e os caboclos. O valor do serviço era combinado anteriormente e podia ser pago pelo serviço realizado, por uma área ou por dias de trabalho.

¹³ “Em SC, a erva-mate se concentrava no alto vale do rio Uruguai e planalto-norte, onde a extração teve início no último quartel do século XIX. [...] A produção teve sua ascensão nos anos de 1910... se estabilizou nos anos 1920 e 1930 e começou a declinar nas décadas seguintes... 80% da produção era exportada para Chile e Argentina. Também porque a Argentina acelera o cultivo e a produção da erva-mate para atender seu próprio mercado” (GOULARTI FILHO, 2007, p.83s)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

conviver com o seguinte paradoxo: por um lado, grandes os latifúndios e de outro, minifúndios, de propriedade familiar¹⁴.

Este paradoxo foi a marca principal do desenvolvimento nesta região também nos anos 1950 a 1970, onde se destaca a produção de trigo, milho feijão. Estas atividades inicialmente de subsistência serviram de base para o capitalismo se transformar posteriormente no atual sistema do agronegócio¹⁵.

Este regime de produção, baseado na pequena propriedade permitiu uma acumulação lenta e pulverizada e ao mesmo tempo possibilitou o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 78)

Nestes anos surgem a maioria dos municípios desta região, também como consequência do crescimento de riquezas e renda gerada pela agricultura familiar.¹⁶

A extração e a comercialização da madeira marcam o início das atividades industriais e da acumulação de capital na região porque, segundo Campos, citado por Alcides Goularti Filho, “a maior transformação operada pelas madeiras reside na implantação de relações de trabalho capitalista, com a conseqüente formação de um mercado de trabalho paralelo as atividades eminentemente agrícolas locais” (2007, p.90)

Com a formação dos frigoríficos nos anos de 1940 e 50 e a subordinação do grande capital ao pequeno agricultor que criava suínos, altera-se as relações sociais no oeste barriga-verde. Surge a figura do proprietário abastado, dono dos frigoríficos, e os expropriados começam formar um exército de reserva.” Segundo Espíndola, (citado por Alcides Goularti Filho), ‘esses ex-pequenos produtores deslocaram-se para as cidades e passaram a integrar uma nova classe social, que dispõe somente a força de trabalho’ (2007, p.119)

¹⁴ “Desenvolveu-se no oeste uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia”. (GOULARTI FILHO, 2007, p.78)

¹⁵ “No período 1945-1962, assiste-se na economia catarinense, a uma verdadeira diversificação e ampliação da base produtiva. Há diversificação porque surgem novos setores como o de papel e papelão, pasta mecânica, cerâmico e metal mecânico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte. Há uma ampliação porque: a) os setores carbonífero, madeireiro e têxtil ampliaram a capacidade produtiva; b) e a agricultura começou a se industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o agroindustrial. É um período transitório para o médio e grande capital.” (GOULARTI FILHO, 2007, p.134)

¹⁶ “Para demarcar as terras, foram criados municípios e vilas; para escoar a produção foram abertas as estradas... e para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinado os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram criadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista”. (GOULARTI FILHO, 2007, p.79)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

Em resumo, os frigoríficos do oeste catarinense até meados dos anos 1940 são resultados da concentração e desdobramento do capital comercial e madeireiro, que rapidamente se integram a economia nacional. Dentro do complexo agrocomercial, a região começava a definir sua função na divisão nacional e territorial do trabalho, como produtora e fornecedora de alimentos e derivados de suínos e aves. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 102-103)

Na década de 1970 e início de 1980 ocorrem novas e significativas mudanças nesta região com avanço e crescimento das agroindústrias com o sistema de integração¹⁷ e influências das políticas dos governos militares, adoção técnicas mecanizadas e o uso de agrotóxicos. Inicia-se a crise do modelo da agricultura familiar e os pequenos agricultores abandonam o campo, ocasionando um grande êxodo rural nas décadas de 1970 e 1980. Similar ao que aconteceu em todo o país, resultado das políticas agrícolas adotadas pelos governos brasileiros.

O “sistema de integração”, desde a década de 1990, vem sofrendo alterações, em função da abertura de mercados, da formação de grandes blocos econômicos continentais e subcontinentais (privilegiando as transações intrablocos) a concorrência entre as empresas se acirrou¹⁸. Nos anos 1990 com o advento neoliberal no país, as empresas também passaram pela re-estruturação produtiva e patrimonial. Assim, o agronegócio na região do Contestado entra no processo de desnacionalização parcial¹⁹.

Enfim “a continuidade do processo de concentração de empresas, de ampliação da escala e de modernização tecnológica deverá implicar *no número de produtores integrados* [g. n.]” (ALTMAN, 2003, p. 46). Isto revela a tendência atual de exclusão dos agricultores

¹⁷ A subordinação dos pequenos criadores de suínos aos frigoríficos faz parte desse novo padrão de crescimento industrial emergente. Segundo Campos (1987) nessa fase ‘o grande capital subordina crescentemente a pequena produção, sem, no entanto, prescindir desta forma de produção’”(apud GOULARTI FILHO, 2007, p. 142) Este é a base da integração, e este processo chega a um complexo agroindustrial baseado em quatro gigantes (Sadia, Perdigão Chapecó e Seara). “Surgiu e se expandiu, por certo período, uma série de frigoríficos e moinhos que foram absorvidos pelas maiores ou simplesmente faliram” (GOULARTI FILHO, 2007, p.144)

¹⁸ “Para escapar da redução das margens de lucro, as empresas buscam vantagens competitivas através de inovações e da busca de nichos de mercado, forçando uma redução considerável no tempo de desenvolvimento de novas tecnologias e do ciclo de vida dos produtos ofertados. Isso exige sistemas flexíveis de produção e de gerência, de forma que possam ordenar rapidamente sua produção e seus sistemas de *marketing* e distribuição em resposta as novas exigências.” (ALTMAN, 2003, p.45-46)

¹⁹ “Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense passou por uma re-estruturação patrimonial em favor das multinacionais. Associado a esta desnacionalização assistimos nos anos 1990 a uma redução no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores... representando uma queda geral de 38,4% na década.” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 332).

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

familiares, com adoção de um sistema centralizado da produção em poucos produtores ou empresas intermediárias²⁰.

Outro aspecto do desenvolvimento regional no Contestado relaciona-se às indústrias que necessitam da madeira como matéria-prima, sendo a mesma de grande peso na economia da região. Atualmente, há um incentivo destas empresas (inclusive Rigesa/SA, em Três Barras - SC, que sucedeu a antiga *Lumber*), com apoio dos governos estaduais e municipais, para a plantação de mata não-nativa de *pinus* e eucalipto. Atualmente, este “reflorestamento” gerando novos problemas ambientais pouco pesquisados e divulgados. Alguns movimentos sociais já o chamam este processo de “deserto verde”²¹. Houve inclusive uma gestão do governo estadual catarinense que pagava R\$ 50,00 mensais (25% do Salário Mínimo na época) aos agricultores para plantarem *pinus* em suas terras. Esta madeira será muito provavelmente industrializada para abastecer o mercado internacional, e estará beneficiando apenas quatro ou cinco empresas de papel e celulose hoje instaladas na região.

Portanto, esta região vem se caracterizando por uma situação paradoxal, pela predominância mista da agricultura familiar de um lado, convivendo com grandes complexos agroindustriais, comandados pelo capital. Hoje as principais atividades econômicas desenvolvidas são as de criação de suínos e aves, cultivo de fumo, derivados de leite, etc. predominantemente ligadas ao sistema de integração das empresas do agronegócio na região ou fora dela (fumo). Há o cultivo de maçã e outras frutas na parte sul da região com formas de produção diferenciadas com alto índice de ocupação de mão de obra nos meses de janeiro a maio.

Nos maiores centros urbanos há também as indústrias de transformação ligadas à produção de móveis, portas, janelas, plástico, alimentação, papel e celulose, mecânica, de modo geral estas grandes empresas produzem para exportação.

Além destas atividades agrícolas podem-se citar tantas outras. Mas, todas elas seguem a mesma tendência do desenvolvimento acima exposto: o de ser capitalista, de ser imposto de “fora” (exógeno) e o de atender uma pequena parcela da população, com apoio dos governos. Quais as conseqüências nas condições de vida da população deste modelo? A resposta desta questão é que pretende-se na seção seguinte.

²⁰ “A primeira grande mudança patrimonial ocorreu na Perdigão. Em setembro de 1994, A Perdigão saiu das mãos da família Brandalise para ser administrada por fundos de pensões, pelo Bradesco, pela Weg e por outras instituições [...] Com a venda da Perdigão, a família Brandalise deixou a cidade de Videira e parou de participar da vida política local.” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 334).

²¹ Ver por exemplo, em www.wrm.org.uy/paises/Brasil/manifesto.html. Acesso: 10/11/2007

1.3. Consequencias do modelo: impactos ambientais e sociais

Trata-se de agora em diante, de perceber como este modelo de desenvolvimento impactou o meio ambiente e as condições de vida da população. Utiliza-se de índices “convencionais” usados normalmente para medir o desenvolvimento de uma região, de um país, etc.²². Claro está que estes índices não dão conta de medir muitos outros elementos e dimensões que fazem parte do desenvolvimento integral e sustentável. Em todo caso são parâmetros que podem contribuir para a reflexão deste tema. Mereceria uma análise mais detalhada, a partir de dados estatísticos mais recentes. Aqui eles servem de panorama geral para compreender a situação de empobrecimento na região contrastando com os altos índices econômicos.

A área total da região abordada neste artigo é de 12.073,70 km², equivalente a 13,04 % da área total do estado. Atualmente residem na região 365.974 habitantes segundo estimativa do IBGE em 2007. Isto representa 6,14% do total dos catarinenses. A densidade demográfica da região²³ é de 31 habitantes por km², a metade da população estadual que é de 62 hab./km². (FAVARIN, 2008, p.28)

O PIB *per capita* médio dos 23 municípios da Região, em 2004 foi de R\$ 12.562; 10,41% acima da média estadual (R\$ 11.377,00). O que isto representa uma concentração da riqueza em determinadas regiões e classes sociais, pois ao comparamos com índices da renda percebemos a contradição social. Analisar os números do PIB *per capita*, são 14 municípios que apresentam abaixo da média estadual do PIB *per capita*. Os casos mais graves são: Matos Costa (-62,04%), Porto União (-58,97%), Lebon Régis (-54,09%) e Calmon (-47,16%). No geral, nove municípios estão na lista dos 50% piores PIBs do estado, isto é, entre as posições de 146º a 293º do PIB total ou do PIB *per capita*. (FAVARIN, 2008, p.28-29)

O PIB total dos 23 municípios juntos corresponde a 6,59% do PIB estadual e equivale ao PIB do município de Blumenau (3º lugar no estado). O contraditório é que 11 municípios

²² Estes índices não dão conta de medir muitos outros elementos e dimensões que fazem parte do desenvolvimento integral e sustentável. Em todo caso são parâmetros que podem contribuir para a reflexão deste tema. Também não se pretende fazer uma análise muito detalhada dos dados estatísticos levantados, apenas, naquilo que eles contribuem.

²³ A situação populacional tem uma variação negativa em alguns municípios entre 1970-2000 e alta em poucos. Em 2000, 72% da população no meio urbano, apenas nove municípios possuem população superior à urbana: Destaca-se Macieira (84%) e com densidade 7 hab/km². (FAVARIN, 2008, p.31)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

estão com PIB *per capita* abaixo da média estadual e 12 municípios acima. Treze Tílias (5ª PIB *per capita*) e Macieira (293ª PIB municipal) são dois destaques opostos em termos de PIB. Treze Tílias ocupa lugar de destaque no PIB *per capita* no estado atingindo o quinto lugar com a cifra de R\$ 32.218,00. Já Macieira apresenta o último lugar no Estado com um PIB de R\$ 7.444,00 (40,74% abaixo da média estadual), em 2004. Coincidência também que ambos estão opostos na variação populacional de 2001 a 2007²⁴ (FAVARIN, 2008, p.29-30). Estes dados revelam um desenvolvimento regional com diferentes desigualdades, principalmente a concentração de riqueza em poucos setores e altos índices de empobrecimento da maioria da população.

As conseqüências ambientais deste modelo de desenvolvimento percebem-se principalmente na suinocultura. No vale do Rio do Peixe é uma atividade econômica das mais poluidoras, embora não seja a única, pois existem outras poluentes²⁵. (THEIS, 2006, p. 72-83; ALTMANN, 2003, p. 59) De todas as fontes poluidoras a dos dejetos de suínos é a mais grave.²⁶ Tudo isto foi incentivado pelos governos, mas principalmente pela agroindústria. E ainda hoje os ajustes e métodos para combater a poluição sugeridos oneram ainda mais o produtor familiar, e não as empresas, na maioria dos casos.

Do ponto de vista das conseqüências sociais, as informações coletadas no Diagnóstico da Exclusão Social em Santa Catarina²⁷, a renda média per capita era de R\$ 223, 21. Na zona rural, a renda média é de R\$ 176, 85, o equivalente a 20,77% abaixo da média total contra R\$

²⁴ A Secretaria de Estado do Planejamento, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou em dezembro de 2007 um relatório sobre o PIB de Santa Catarina. Segundo o relatório, a metade do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado é agregada por dez cidades catarinenses. Pela ordem, as cidades catarinenses que mais geram riqueza são Joinville (10,73%), Florianópolis (7,34%), Blumenau (6,47%), Itajaí (6,18%), Jaraguá do Sul (4,09%), Chapecó (3,39%), São José (3,06%), Criciúma (2,53%), São Francisco do Sul (2,26%) e Lages (2,07%). Estas dez cidades representam 3,41% dos municípios catarinenses e concentram 37,95% da população. Os demais 283 municípios catarinenses distribuem entre si a geração dos outros 50% do PIB no Estado. Eles representam 96,59% dos municípios e concentram 62,05% da população estadual. O PIB catarinense somou R\$ 85,295 milhões na série 2002-2005 (último período apurado), ocupando a 7ª posição entre as 27 unidades da Federação e participando com 4% do PIB nacional.cf. www.belasantacatarina.com.br acesso em 17/04/2008.

²⁵ Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina – SDM, na bacia do Rio do Peixe, as fontes de poluição mais comuns são a urbano-industrial, a atividade pecuária, a lavoura, os frigoríficos e abatedouros como os seguintes tipos de poluição: “efluentes orgânicos e tóxicos, coliformes por dejetos de suínos, agrotóxicos e assoreamento de rios e efluentes orgânicos” (THEIS, 2006, p.74)

²⁶ Segundo o Instituto CEPA/SC, “no espaço rural, a degradação se dá através do uso de práticas agrícolas inadequadas, provocando erosão do solo, poluição dos lençóis aquíferos, com pesticidas, adubos químicos e dejetos de animais, entre outros. A concentração de atividades da suinocultura, por exemplo, se fez acompanhar do aumento do despejo de dejetos no ambiente contaminando os cursos e lençóis d’água. (...) Estima-se que 80% das águas em Santa Catarina estejam, de alguma forma, comprometidas em termos de qualidade. (ALTMANN, 2003, p.59).

²⁷ Estudo realizado pelo governo do Estado de Santa Catarina, em 2003, com dados do IBGE 2000. Cf. BORCHARDT, 2003.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

280,62 no espaço urbano²⁸. Os únicos municípios onde a renda no meio urbano é inferior à média da região são Iomerê (-9,74%) e Salto Veloso (-21,76%). Os que apresentam rendas piores por habitante são Calmon (R\$ 114,97) Timbó Grande (R\$ 120,25) e Bela Vista do Toldo (R\$ 123,59). Segundo estes mesmos dados, do total da população, 48,15% estão na linha de pobreza, isto é, recebem até 2 U\$ por dia e 21,42% na condição de miséria, que vivem com renda de até 1 dólar por dia. Calmon apresenta situação pior, pois 81,1% hab. vivem com menos de 2 U\$ dia. E, 46% abaixo de 1 U\$. (BORCHARDT, 2003 *apud* FAVARIN, 2008, p.30)

Isto demonstra um cenário de concentração de riqueza, de população em poucas cidades; e centralização da economia em poucas empresas e setores econômicos. Em síntese, desde o período da extração da erva-mate (no final do século XIX); depois, passando pelo período da extração madeireira; até a instalação do agronegócio, nas últimas décadas, as características deste modelo permanecem idênticas. Desde o início do século foi sendo instaurado um “modelo de desenvolvimento”, que continua permanecendo até hoje; um modelo excludente e expropriador da riqueza regional, como em outras regiões do estado e do país.

A consequência do modelo de desenvolvimento descrito na seção anterior incide fortemente na mobilidade populacional e no êxodo rural como demonstraram estes índices e os números estatísticos. Porém, pode-se afirmar, que embora pequenas, surgem algumas alternativas ao modelo como trata-se adiante.

O Contestado, enquanto luta e resistência, continua inspirando as lutas sociais no campo e na cidade, principalmente depois de uma reeleitura a partir dos vencidos, ocorrida nas ultimamente. A organização popular, principalmente os movimentos sociais urbanos (sindicatos, associações de moradores, movimento dos sem-teto, etc.) que surgem nestas décadas mais recentes, não têm forças para implementar alterações significativas neste modelo de desenvolvimento capitalista. Na área rural, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais -

²⁸ A situação de pobreza e indigência na zona rural apresentava-se com dados alarmantes. Destaca-se: Calmon (82,8% dos rurais na condição de pobreza); Matos Costa (80,9%) Timbó Grande (80,2%) Papanduva (75,6%). Do total dos habitantes do Contestado, 48,15% estão na linha da pobreza (2U\$) e 21,42% na miséria. (BORCHARDT *apud* FAVARIN, 2008, p.31)

STRs e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST ainda vêm sendo as organizações populares que acumulam várias conquistas ao longo dos anos²⁹.

A partir da década de 1980³⁰, o MST começa a ter uma forte atuação nesta região. Destaca-se nisto os mais de 40 assentamentos da reforma agrária na região, conquistados, até o ano 2000. Estes representam uma ocupação de 1889,7 km² e 15,48% da área total da região. (RAMOS, 2000, p. 64)

2 A economia solidária na região do Contestado

Apesar de o modelo capitalista ser hegemônico na região, sempre houve busca de alternativas. Mais recentemente destacamos algumas experiências de agroecologia e de economia solidária, através da atuação dos MPAS como programa de apoio, fomento e educação. Um programa que iniciou com algumas experiências isoladas, com a intenção de promover práticas transformadoras. São várias iniciativas comunitárias e grupos de geração de trabalho e renda que nasceram a partir de empréstimos financeiros.

A implementação do Fundo Rotativo dos MPAs começou no segundo semestre de 1994, em Santa Catarina, mas foi principalmente a partir de 1996 em diante, que insistiu-se na necessidade de constituir ou buscar meios próprios para o financiamento de mini-projetos de geração de trabalho e renda. Este apoio financeiro consiste num empréstimo financeiro para ser devolvido em quatro anos vindo a constituir um fundo que servirá para outros empréstimos a novos empreendimentos, por isso, o nome de rotativo. Adiante aponta-se a identidade e uma breve análise das contribuições dos MPAs para o desenvolvimento regional.

2.1 Características dos empreendimentos solidários apoiados pelos MPAs

A partir da constituição do Fundo Rotativo dos MPAs até março de 2006 foram apoiados mais de 230 empreendimentos, com aproximadamente 690 famílias beneficiadas em

²⁹ As lutas sociais em SC [e da região do Contestado] é a mesma no Brasil é a luta pela moradia, terra, por salários mais justos e pela dignidade humana. Como é possível ver, o tal 'modelo catarinense de desenvolvimento' apresenta uma estrutura social muito desigual. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 304).

³⁰ Em maio de 1980, surgiu o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de SC que fez a primeira ocupação na fazenda Burro Branco em Campo Erê, por mais de trezentas famílias. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 303)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

todo o estado de Santa Catarina. Atualmente este Fundo possui um fluxo de caixa médio anual de R\$ 90.000,00, o que possibilita a continuidade de apoio a estes mini-projetos. No total foram apoiados financeiramente 13 mini-projetos na região do Contestado³¹ neste período da pesquisa (Cf. Tabela N. 01).

A partir da Tabela N. 01, percebe-se que para um valor de R\$ 45.200,24 foram apoiadas 96 famílias, isto representa uma média de R\$ 470,83 por família. Destaca-se também a baixíssima inadimplência nas devoluções ao Fundo Rotativo, o que indica a existência de viabilidade econômica na maioria destes empreendimentos.

A seguir, descreve-se uma breve síntese de cada um destes empreendimentos apoiados pelos MPAs as principais razões de seu surgimento, seus objetivos, a atividade e a forma de organização.

a) Associação de Fruticultores de Arroio Trinta - AFAT

Este empreendimento situa-se no município de Arroio Trinta e foi apoiado em maio de 1998. Foram 25 famílias de pequenos agricultores envolvidas. A produção está voltada para frutas de clima temperado como o kiwi, pêssigo, maçã, nectarina, etc. O empreendimento surgiu a partir da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR e do movimento de mulheres na região. Os objetivos de organizar coletivamente para organizar a comercialização e qualidade dos produtos; a ajuda na renda e a sobrevivência das famílias no meio rural. A forma de organização é cooperativa.

TABELA N. 01

Projetos Apoiados pelos MPAs na Região do Contestado - 1998 a 2008

Grupo apoiado	N. famílias	N. de pessoas	Homens	Mulheres	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Sup.	Empréstimo* R\$
AFAT – Arroio Trinta	25	65	30	35	58	6	1	3.600,00
Mini-Agroindústria - Porto União	12	23	16	7	17	4	2	2.800,00
Massas Val Verde - Arroio Trinta	12	12	-	12	12	-	-	1.340,00
Vida Nova – Caçador	3	5	3	2	5	-	-	2.305,00

³¹ Estes empreendimentos, em sua maioria, estão cadastrados no Mapeamento do Sistema de Informações da Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SIES e outros estão na página eletrônica do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. cf www.sies.mte.gov.br. e no “Farejador” na página eletrônica: www.fbes.org.br

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

Vida Com Saúde – Caçador	4	10	4	6	10	-	-	2.115,00
Apicultura – Arroio Trinta	5	19	10	9	11	8	-	4.952,00
Frangos Caipiras Irineópolis	6	23	13	10	18	5	-	4.500,00
Agrupar – Canoinhas	5	15	7	8	12	3	-	4.888,00
Le Soréle – Arroio Trinta	3	3	-	3	3			3.000,00
Agroecologia São Caetano – Macieira	4	13	5	8	10	3		2.090,24
Coopertrinta – Arroio Trinta	10	25	10	15	18	7		4.950,00
Amanhecer Crescendo – Salto Velooso	3	8	2	6	7		1	5.660,00
ARP Vida – Matos Costa	4	7		7	7			3.000,00
TOTAL	96	228	100	128	181	36	4	45.200,24

Fonte: FAVARIN, 2008, p. 49 * do Fundo Rotativo dos MPAs

b) Projeto Mini-Agroindústria de Porto União - AFRUTA

Este empreendimento localiza-se no município de Porto União, recebeu ajuda em maio de 1998 e foi formado por 12 famílias de agricultores. O que originou a formação do empreendimento foi participação no STR, movimento de mulheres, partido político e movimento Ecológico. Suas razões de trabalhar coletivamente: organizar a comercialização produtos agrícolas sem agrotóxicos e sobrevivência das famílias; e aumentar a solidariedade entre o grupo. Área de produção concentra-se em massa de tomate, conservas, sucos naturais e doces. Forma de organização: associação formal.

c) Projeto Pão e Massas Val Verde

Este empreendimento recebeu apoio em agosto de 1998 e participam dele 12 mulheres agricultoras residentes na comunidade Val Verde, município de Arroio Trinta. É um grupo que surgiu a partir da participação das mulheres no STR e movimento de mulheres. Iniciaram com o objetivo de organizar coletivamente a comercialização de hortaliças, sem agrotóxicos e lutar pela sobrevivência das famílias no campo. Possuem uma associação informal. Área de produção: massas caseiras.

d) Associação Vida Nova – Caçador

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

É uma associação de três famílias de pequenos agricultores situada nos arredores da cidade de Caçador e teve os recursos do apoio em agosto de 2000. A participação destes agricultores no STR, no movimento de mulheres e partido político levaram a montar a associação. Objetivos apresentados para se organizar coletivamente são os de organizar a comercialização de hortaliças sem agrotóxicos e a renda das famílias para permanecer trabalhando no campo. Área de produção: hortaliças, em estufa sem agrotóxicos. Sua forma de organização é a de associação informal.

e) Vida com Saúde – Caçador

É uma associação informal constituída de 04 famílias de agricultores no município de Caçador. Foi apoiado equipamentos para a produção de hortaliças orgânicas. A participação social que deu origem a associação foi no STR, no movimento de mulheres e nas pastorais. As razões expressas de organizar coletivamente são as de organizar a comercialização de produtos sem agrotóxicos para garantir a sobrevivência das famílias. Incluíram também o objetivo de vender na feira municipal de Caçador.

f) Mini-Projeto Apicultura

Situado em Arroio Trinta, neste empreendimento participam 5 famílias de agricultores familiares. Receberam o empréstimo em outubro de 2002. A associação nasceu com a participação no STR e movimento de mulheres. Os objetivos de trabalhar coletivamente são os de organizar a comercialização de mel e outros produtos derivados da apicultura. O apoio foi para aquisição de equipamentos necessários à extração de mel, própolis e geléia real. E ainda uma associação informal. E suas dificuldades estão nas adversidades climáticas, o transporte para vender em municípios maiores.

g) Projeto Frangos Caipiras

Este projeto da associação de agricultores familiares da comunidade Colônia Escada de Irineópolis, envolve 6 famílias e recebeu o apoio em outubro de 2002. São famílias com intensa participação no STR, nas pastorais da juventude e da terra. Tem uma articulação com a rede Ecovida³² de agroecologia. As razões para o trabalho coletivo é o de produzir, abater e comercializar frangos caipiras além de garantir a sobrevivência das famílias.

³² É uma rede de agroecologia que atualmente, conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios do sul do Brasil. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

h) Agroecologia Fonte de Vida - AGRUPAR

Situado na comunidade Salto da Água Verde, no município de Canoinhas, esta associação é constituída de 05 famílias de pequenos agricultores. As razões apresentadas para a organização coletiva são as de organizar a comercialização de hortaliças e verduras em estufa sem agrotóxicos e venda nas feiras livres. Este empreendimento recebeu o apoio em março de 2003. Estas famílias têm uma participação destacada no Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF, e a associação está ligada a rede Ecovida. Ainda é uma associação informal.

i) Padaria *Le Soréle* – Arroio Trinta

O apoio foi dado a este grupo de três mulheres em outubro de 2004 para a aquisição de equipamentos de panifício e produção de massas. Localizada no centro de Arroio Trinta é uma associação urbana para a produção caseira de bolachas, pães, bolos, massas, etc. Estas mulheres participam de pastorais e movimento de mulheres. O coletivo é apresentado como meio de organizar a comercialização de pão e massas caseiras e garantir a renda e trabalho a estas mulheres.

j) Agroecologia São Caetano - Macieira

Este é um dos grupos pioneiros na área de associação e agroecologia, mas o apoio financeiro foi em maio de 2005 para aquisição de materiais para a produção de hortaliças ecológicas. É uma associação formal que envolve 4 famílias de agricultores na Linha São Caetano, no município de Macieira. A participação no STR, movimento de mulheres e nos encontros de agroecologia promovidos pelo CEPAGRI³³ contribuíram para o surgimento da associação. O trabalho da associação visa organizar a comercialização de hortaliças sem agrotóxicos e a sobrevivência das famílias.

k) Coopertrinta - Casa da Agricultura -

10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização. In: www.ecovida.org.br. Acesso em 18 de março de 2008.

³³ O Centro de Apoio e Assessoria ao Pequeno Agricultor foi criado no ano de 1987, com o objetivo de apoiar e fortalecer a luta e a vida dos agricultores, iniciando seus trabalhos com um curso de formação sindical para os pequenos agricultores, em oito etapas. Aos poucos, foi assumindo mais um caráter de assessoria técnica e organizacional aos pequenos agricultores. A partir disto surgem experiências associativas na linha da agroecologia.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

Este é um projeto da cooperativa Coopertrinta que recebeu apoio em maio de 2005. O apoio visa à estruturação de um ponto de vendas de produtos produzidos pelos sócios da cooperativa. Além disto, quer aumentar a comercialização de doces, conservas e produtos artesanais; e garantir a sobrevivência das famílias. A Coopertrinta aglutina 10 famílias associadas de agricultores e produtores artesanais do meio urbano. Nasceu com apoio do STR, prefeitura municipal e movimento de mulheres.

l) Amanhecer Crescendo – Salto Veloso

Este projeto recebeu apoio em outubro de 2006, para aquisição de máquinas de costura para a confecção de lingerie. São três mulheres agricultoras que participam do projeto. A participação nas pastorais e num curso de confecção incentivou a organização da associação informal. Embora sejam agricultoras, o empreendimento situa-se próximo a Salto Veloso e Arroio Trinta, além de garantirem a venda em loja de Videira, sob encomenda. Os objetivos apresentados são os de que coletivamente consegue vender produtos, gerar renda e permanecerem residindo na roça.

m) Associação Reciclar é Prolongar a Vida (ARP-Vida) – Matos Costa

Este projeto recebeu um apoio de R\$ 3.000,00, em 2007, para aquisição de uma máquina prensadeira e enfardadeira. Esta é uma associação com sete mulheres, com os objetivos de implantar a coleta seletiva do lixo; fortalecer a associação e possibilitar a sustentabilidade das famílias carentes associadas. Além destes pretendia orientar e sensibilizar a população para a prática de reciclagem; demonstrar que a prática da reciclagem apresenta resultados imediatos; diminuir a quantidade de resíduos depositados nos aterros sanitários. A associação trabalha em parceria com a prefeitura municipal e possui estatutos sociais e número no CNPJ³⁴.

Em síntese, de modo geral estes grupos formaram-se com o objetivo de buscar uma nova alternativa de renda, por meio da produção agroecológica, sob os princípios da economia solidária. Por isso, estes empreendimentos nestes 10 anos vêm trabalhando, produzindo, comercializando e conscientizando a comunidade sobre os perigos e cuidados com o uso de agrotóxicos. Faz da agroecologia uma alternativa: "que está dando certo", rentável, e

³⁴ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal.

principalmente, de vida digna transformando a agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente correta.

Os empreendimentos de economia solidária, inclusive os apoiados pelos MPAs, apesar de se proporem como alternativa econômica e social para a realidade de desemprego, escassez da renda... estão no seio de uma sociedade que vive de relações com o mercado capitalista. Não são e nem se pretendem grupos isolados. Por causa disso, os desafios são enormes. A questão da “sobrevivência” depende de conciliar sustentabilidade política com viabilidade econômica. Houve também outras iniciativas de economia solidária na região que acabaram fracassando, ou seja, desvinculando-se dos princípios da economia solidária e adotando formas de organização similares as da empresa capitalista. Portanto, isto que vem sendo debatido constantemente nos espaços de avaliação e análise dos fóruns de economia solidária também diz respeito a estes grupos. A seguir, far-se-á algumas indicações de possíveis contribuições destes grupos para o desenvolvimento a partir da ótica dos próprios trabalhadores envolvidos.

2.2 Contribuições possíveis para o desenvolvimento regional.

A partir de entrevistas com membros dos grupos apoiados fez-se uma síntese do que se crê como possível contribuição para o desenvolvimento novo na região. Também as dificuldades destes no bojo do atual modelo de desenvolvimento.

Os membros dos empreendimentos percebem aspectos que apontam para a perspectiva de novas relações sociais e econômicas, sendo que os "lucros" não são contabilizados apenas como resultados financeiros e monetários, mas na valorização da partilha, na participação e na dignidade das pessoas e no respeito ao meio ambiente.

O grande mérito está no que representou e representa em termos de melhoria da qualidade de vida para os integrantes do grupo e para a comunidade local e regional. Ressalta-se à produção de alimentos naturais, reeducação de hábitos alimentares e os benefícios para saúde, e principalmente, a redução do uso de agrotóxicos.

Pode-se inferir, a partir da seção anterior, que a maioria dos empreendimentos apoiados está voltada para a perspectiva da agroecologia. As razões apresentadas no que tange à organização é a comercialização dos produtos, a de vencer a concorrência do mercado e a de garantir a sobrevivência das famílias. As formas de organização são na maioria informais, e

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

devidos às dificuldades burocráticas poucos partem para a forma de cooperativas. As dificuldades apresentadas situam-se na linha de defender-se da concorrência e das oscilações dos preços dos produtos muito comum aos produtos agrícolas. Nenhum empreendimento apresentou dificuldades relacionadas à sua organização interna ou seu isolamento com os demais. As pastorais, os sindicatos de trabalhadores rurais foram os que mais incentivaram a organização e participação nestes grupos. A ajuda do Fundo Rotativo dos MPAs representou uma importante ajuda para a superação destas dificuldades, expressa principalmente pela inadimplência e “falência” baixíssimas no período considerado.

Ampliando a reflexão, de maneira geral, considera-se os seguintes avanços que estas experiências vêm proporcionando na avaliação dos participantes destes empreendimentos:

- São espaços de aprendizado para a vida profissional, com aquisição de novos conhecimentos técnicos, de gerenciamento da produção, aprendizado na elaboração de projetos.

- São novas formas de sociabilidade e de convivência no cotidiano, implicando no desenvolvimento de valores humanos, tais como a cooperação, a solidariedade, a valorização do coletivo acima do indivíduo, o exercício da democracia nas relações grupais cotidianas, etc.

- A integração na vida comunitária, em seus aspectos sociais, culturais e políticos, desenvolvendo novas práticas de parcerias e de exercícios para construção da cidadania a partir do local.

- O fortalecimento da mística humanitária e ecológica, através do exercício de práticas coletivas de engajamento e do compromisso com as grandes causas atuais da humanidade.

- Ampliação de intercâmbios e parcerias como o estímulo a trocas de experiências através da formação de redes intergrupais a articulação com outras formas de associativismo da sociedade civil, as parcerias com organizações governamentais.

Quanto às principais dificuldades internas apontadas pelos participantes nos MPAs, na pesquisa, situam-se nos campos das relações humanas (persistência de valores individualistas, concentração de poder, autoritarismo, etc) e das capacitações profissionais (qualificação para o mundo do trabalho).

As dificuldades maiores situam-se na relação com o externo: o mercado e o Estado. Há várias linhas de fundos públicos e micro-crédito disponibilizadas pelo Estado, mas, que na prática não atingem os empreendimentos solidários, porque a intermediação é feita via bancos e são por demais burocráticas. Isso significa que os mais "necessitados" acabam ficando fora

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

dessa perspectiva. O Fundo Rotativo de MPAS trabalha e representa uma alternativa de crédito neste sentido.

A partir destes desafios e da experiência acumulada foi surgindo a idéia de construir uma articulação mais sólida entre os empreendimentos de Economia Solidária, através de fórum regional e realização de feiras. Além de despertar para dentro da política de Economia Solidária a criação de Fundos Solidários que vem sendo discutido na Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e nos fóruns de economia solidária.

As feiras são uma das oportunidades para comprar e vender produtos ou serviços, e fazer exposição deles. Mas, também de acontecer a partilha de experiências e de saberes produzidos por estas pequenas cooperativas, associações grupos familiares do campo ou da cidade. Também de caráter educativo e não apenas comercial. A primeira FRESSOL³⁵ foi organizada no dia 11 de setembro de 2005. Esta experiência foi um primeiro passo para maior integração destes grupos. A 2ª FRESOL aconteceu em Canoinhas, dias 07 e 08 de dezembro de 2007 foi um momento de fortalecer os empreendimentos da região. A maioria destes empreendimentos apoiados se fez presente. Foi mais um passo na articulação e no fortalecimento destas iniciativas.

Atualmente, vem sendo construído um Sistema de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária – o SECAFES em Santa Catarina com apoio da SENAES e do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Os empreendimentos da Região do Contestado já estão participando dos seminários e muitos deles integrarão o sistema. Será um importante passo para a viabilidade e sustentabilidade destes empreendimentos, visando superar o isolamento e estrangulamento proporcionado pelo mercado capitalista.

Por fim, de um modo geral, são mais de 1500 pessoas envolvidas nestas atividades. O mais importante que conseguem uma alternativa de renda as famílias para conter o êxodo rural, além de propor outro modelo de desenvolvimento do que foi construído historicamente, até então.

3 Considerações Finais

³⁵ Feira Regional de Economia Solidária no Contestado

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

Considera-se, finalmente, sem a pretensão de concluir o debate, que atualmente, a maioria dos descendentes do Contestado são trabalhadores dos cultivos agrícolas, sazonais na região. A terra ainda não foi um direito conquistado como lutaram no início do século passado. Apenas uma pequena minoria conseguiu, com muito trabalho, seu pedaço de terra para viver (muitos até sem terem escritura e registro da mesma). A maioria dos caboclos, depois da Guerra do Contestado, dispersou-se e se tornaram peões dos fazendeiros, das serrarias, dos colonos, etc.

A agricultura familiar vai cedendo ao sistema de “integração” ao agronegócio e da monocultura florestal. Embora permaneçam traços agrícolas, como característica da região, houve um grande êxodo rural e evasão da população para outras regiões. O incentivo empresarial e estatal para a plantação de mata não-nativa de *pinus* e eucalipto, atualmente, vão ocupando este “vazio esvaziado”, territorialmente e gerando novos problemas ambientais pouco conhecidos ou divulgados.

O modelo de agronegócio implantado na região, continua beneficiando cada vez menos gente. O uso de agrotóxicos, em todo o processo de produção, vem piorando as condições sócio-ambientais, em que pese as tentativas de redução ou as políticas ambientais adotadas com mais rigor atualmente.

Algumas cidades acabaram concentrando um alto índice populacional. Este processo foi gerando desemprego, subemprego, emprego sazonal, etc. As atividades agrícolas ligadas ao cultivo de tomate, batata-semente, alho e maçã são as que mais usam mão-de-obra sazonal, na região. Estes trabalhadores aumentam as comunidades empobrecidas nas periferias das cidades. A precariedade de vida vai se mantendo pela falta de oportunidades e de poucas políticas sociais nos municípios para resolver esta situação. A melhor alternativa para isto ainda seria criar assentamentos de Reforma Agrária, com retorno a agricultura familiar e agroecológica, sem dúvida. Mas até que ponto isto já não é tarde demais?

Além disto, esta região traz ainda conseqüências econômicas, políticas, sociais e culturais da época do contestado e conseqüentemente da sua repressão militar e política praticadas na época. Ainda hoje há dificuldades da população em participar de organizações de caráter político e social. Evidentemente, um fenômeno não só desta região. Talvez aí esteja uma das causas da pouca atuação de movimentos sociais e outras mobilizações populares ao longo dos anos subsequentes. Alguns exemplos disso são: a) O sindicalismo, que surge na década de 1960, no meio rural e urbano, não tiveram grandes greves ou mobilizações massivas; b) Os partidos políticos, do chamado campo democrático popular, não

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

conquistaram nenhuma prefeitura nos últimos 30 anos de pluripartidarismo, quando muito dois vereadores por município, nesta região; c) O Movimento dos Sem-Terra ainda permanece o de maior expressão de luta social na região, porém sem muitos avanços na organização cooperativa da produção, no uso coletivo da terra, etc. Alguns assentamentos até se descaracterizaram e desligaram-se da luta original pela Reforma Agrária.

Neste sentido, um programa como o dos MPAs, mesmo admitindo-se os limites das experiências, e as diversas dificuldades, tem dado alguns passos significativos, na melhoria da qualidade de vida, no crescimento organizacional, no efeito multiplicador através da difusão de novas experiências, na preocupação com o meio ambiente, na sensibilização para a necessidade de articulação em torno das políticas públicas.

No campo da Economia Solidária, os MPAs, representam propostas concretas na busca pela cidadania e sobrevivência; na descoberta de formas alternativas para o desenvolvimento de atividades econômicas; na construção de um processo comunitário, semente de um novo padrão de desenvolvimento sócio-econômico. Um desenvolvimento que supera os fundamentos propostos pelo padrão capitalista. Aquele valoriza a solidariedade em troca da exploração ilimitada deste.

Evidentemente, as conclusões deste trabalho não se encerram aqui. Abre-se a partir delas novas possibilidades de pesquisa, reflexão e aprofundamento maior. Restam ainda lacunas no campo teórico e prático da relação do desenvolvimento solidário sustentável e a influência da história do Contestado, atualmente. Também outras estratégias para construção tal modelo alternativo, além da Economia Solidária, poderão ser incentivadas e pesquisadas.

Referências bibliográficas

ALTMANN, Rubens *et al.* **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010.** Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

BORCHARDT, Ilmar. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome.** Florianópolis: SDS/ Instituto Cepa/SC, 2003

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

FAVARIN, Roque A. **Contribuições dos MPAs para a Economia Solidária na Região do Contestado Catarinense: 1998-2007.** Monografia ao Curso de Especialização em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2008

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** 2 Ed. Rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

MONTEIRO, Douglas T. **Os Errantes do novo século:** um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

QUEIROZ, Maurício V. de. **Messianismo e conflito social.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1977

RAMOS, Almir José de. **A história do Movimento dos Sem-Terra na Diocese de Caçador.** Monografia de Conclusão do Curso de Filosofia da Fundação Educacional de Brusque – FEBE. 2000

THEIS, Ivo M. (Org) **Desenvolvimento e Meio Ambiente em Santa Catarina:** A questão ambiental em escala local/regional. Joinville (SC): Univille, 2006.

TOMAZI, Gilberto. A mensagem de São João Maria e sua Ressignificação na experiência religiosa do Contestado. **Último Andar.** Caderno de Pesquisa em Ciência da Religião. Jun. 2006 (14) São Paulo: Ed. PUC/SP. p.109-126.

VALENTINI, Delmir J. **Da Cidade Santa a Corte Celeste:** Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.